

Portugal – Propostas para o Futuro



© belobos

23 de maio

Investimento para competir na Globalização André Jordan, Carlos Brazão e Pedro Lima · Moderador: Fernando Bello

6 de junho

Que fazer com os Fundos Estruturais no período de 2014/2020? João Ferrão, Elisa Ferreira e José Mariano Gago · Moderador: José Manuel Félix Ribeiro

20 de junho

Infraestruturas de ligação internacional Carlos Matias Ramos e Luís Valente de Oliveira · Moderador: João Ferreira do Amaral

4 de julho

Crescimento e dívida externa – interações Daniel Bessa e José Amaral · Moderador: João Salgueiro

11 de julho

A Europa e o Atlântico no futuro de Portugal Miguel Monjardino e Vital Moreira · Moderador: Francisco Seixas da Costa

Debater o futuro de Portugal – como, aliás, o de qualquer outro país – é hoje um exercício inevitavelmente afetado por grandes incertezas.

Porém, se se pretender que do debate surjam ideias que possam guiar o País para um caminho de progresso, é importante admitir à discussão certos temas que terão de ser objeto de reflexão prioritária, em qualquer cenário plausível.

Na base está a competitividade da economia. É hoje quase um truísmo dizer que as nossas dificuldades não são apenas financeiras mas que radicam na falta de competitividade da nossa economia, que se inseriu mal na globalização e que, para poder encontrar um novo rumo no mercado global, tem que se tornar de novo atrativa para o investimento produtivo.

A atração do investimento necessário para tornar a nossa economia competitiva é, por essa razão, objeto de um dos debates deste ciclo. O papel que os fundos estruturais poderão representar nesse aumento do investimento e na melhoria da sua qualidade será um segundo tema de debate.

Mas não é só o investimento diretamente produtivo que é necessário. Também faz falta uma orientação adequada do investimento em infraestruturas que será, também ele, importante para a competitividade geral da nossa economia. Tal tema será objeto de uma terceira sessão.

As restrições financeiras que impendem sobre a economia, particularmente as que decorrem do elevado nível da nossa dívida externa, constituem, no entanto, um fator condicionante importante do crescimento económico e em particular do investimento. Daí que se preveja uma sessão destinada à discussão das interações entre crescimento e dívida externa.

Finalmente, a dupla inserção do nosso País na Europa e no Atlântico, numa altura em que as relações económicas entre a União Europeia e os EUA iniciam um novo rumo, poderá constituir um trunfo importante para conseguirmos uma melhor inserção no mercado global. Será o tema da última sessão.

Afinal, o que está aqui em causa é refletir sobre caminhos realistas e esperançosos para o nosso País.

A Culturgest agradece ao grupo de pessoas que concebeu este ciclo e a todos os oradores que prontamente, e com grande generosidade, acederam a colaborar connosco.

Que fazer com os Fundos Estruturais no período de 2014/2020?

Os projetos do Acordo de Parceria *Portugal 2020* e dos respetivos Programas Operacionais não foram ainda aprovados pela Comissão Europeia (CE), mas permitem uma ideia bastante precisa do que fazer com os Fundos Estruturais em 2014-20. Bem menos claro é como fazê-lo. O novo ciclo de programação é, sem dúvida, mais exigente do que os anteriores. A aposta nacional centrada nas PME, nas regiões menos desenvolvidas e no domínio da competitividade e internacionalização introduz dificuldades adicionais do ponto de vista da capacidade de cumprir os resultados que iremos contratuá-las com a CE. O período de crise que continuamos a viver introduz necessidades, como as respostas de urgência a problemas sociais, e dificuldades, como a carência de investimento público e privado, que poderão suscitar desvios relevantes às realizações esperadas. Finalmente, Portugal sempre se europeizou mais por acomodação reativa a estímulos externos do que por transformação das suas instituições e políticas, situação que não é compatível com um ciclo de programação intensivo em experimentação e aprendizagem e focado na obtenção de resultados. Num período em que a Comissão Europeia balizou, de forma inédita, o que fazer com os fundos estruturais, Portugal é obrigado, felizmente e finalmente, a atribuir a necessária centralidade ao debate sobre 'como fazê-lo'. João Ferrão

CONFERÊNCIAS SEXTAS-FEIRAS DE 23 DE MAIO A 11 DE JULHO · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

João Ferrão, geógrafo, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, especialista em geografia humana, ordenamento do território e desenvolvimento regional e local. Avaliador de políticas para o Governo português e a Comissão Europeia. Foi consultor da OCDE, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. É atualmente pró-reitor da Universidade de Lisboa.

Elisa Ferreira, deputada ao Parlamento Europeu (2009-2014). Membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), onde é coordenadora para o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas. Principais relatórios: União Bancária – Criação do Mecanismo Único de Resolução (2014) e Relatório de Iniciativa Legislativa (2010); Governação Macroeconómica – Six Pack (correção dos desequilíbrios macroeconómicos, 2011), Two Pack (monitorização dos processos referentes ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, 2012) e Semestre Europeu (2012 e 2013). Integrou ainda duas Comissões Especiais (Para a Crise Financeira, Económica e Social e Sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável após 2013, 2010/2011). Faz ainda parte da Comissão dos Transportes e do Turismo (suplente) e das Delegações para as Relações com a Índia, à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE e à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo. Deputada ao Parlamento Europeu (2004-2009). Membro das Comissões de Assuntos Económicos e Monetários (onde foi coordenadora do Grupo Socialista) e do Comércio Internacional. Principais relatórios: Sobre o Plano de Relançamento da Economia Europeia (2009), Sobre a Política de Concorrência 2005 (2007) e Sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas (2007). Integrou ainda a Comissão Especial para as Alterações Climáticas.

Deputada à Assembleia da República (2002-2004). Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS (2002-2003). Ministra

do Planeamento (1999-2002). Ministra do Ambiente (1995-1999).

Vogal do Conselho de Administração da Fundação de Serralves (desde 2007). Vice-Presidente executiva da Associação Empresarial de Portugal (1992-1994). Vice-Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte (1989-1992). Vogal do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística (1989-1992). Presidente da Comissão Executiva da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave (1990-1992) e Coordenadora dos Estudos Preparatórios da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave (1989). Subdiretora do Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte (1986-1987). Docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (desde 1977 até à atualidade) e colaboradora não permanente da Universidade Católica Portuguesa (desde 1986). Doutora pelas Universidades Portuguesas (Universidade do Porto, 1987) e Ph.D. pela Universidade de Reading, Reino Unido (1985), após Master of Arts (Universidade de Reading, 1981) e Licenciatura em Economia (Universidade do Porto, 1977). Grã-Cruz da Ordem de Cristo (2005).

José Mariano Gago, licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico (Universidade Técnica de Lisboa), em 1971, doutorou-se em Física, pela Universidade de Paris, em 1976. Foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura, no Laboratório de Física Nuclear e de Altas Tecnologias da École Polytechnique, de 1971 a 1976, e na Organização Europeia de Pesquisa Nuclear, de 1976 a 1978. Agregado em Física, desde 1979, no Instituto Superior Técnico, foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, entre 1986 e 1989. É atualmente presidente do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, em Lisboa, e professor catedrático do Instituto Superior Técnico.

No XIII e XIV Governos Constitucionais, entre 1995 e 2002, foi Ministro da Ciência e da Tecnologia. Em 2005 foi nomeado Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do XVII Governo Constitucional, cargo pelo qual foi renomeado para o XVIII Governo Constitucional. É unanimemente consi-

derado o grande responsável pelo rápido desenvolvimento da ciência em Portugal.

A 10 de junho de 1992 foi feito Comendador da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. A 21 de maio de 1999 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Brasil. A 19 de setembro de 2007 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha e a 26 de maio de 2009 foi agraciado com a Grã-Cruz com Estrela da Bundesverdienstkreuz Ordem do Mérito da Alemanha. (In wikipedia)

Portugal – Propostas para o Futuro

André Jordan

Culturgest, 23 de Maio 2014

Para falarmos do papel do turismo na economia de Portugal temos que olhar para o seu impacto macroeconómico.

Não quero entrar aqui nas estatísticas que muitas vezes são enganadoras, mas o facto é que a conta satélite do turismo, ou seja o seu impacto directo e indirecto na economia do país, representa a fatia mais importante das receitas de exportação.

O mesmo pode-se dizer o seu impacto no emprego, que atinge não só trabalho menos qualificado como até a utilização de tecnologias de ponta.

É inegável que sempre houve em Portugal um complexo em relação à actividade turística, motivado pela falta de conhecimento da importância desta indústria nas economias mais desenvolvidas como a França, a Espanha, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Nova Iorque recebe 60 milhões de turistas por ano, metade dos quais nacionais. Este extraordinário volume fez com que Manhattan se transformasse num gigantesco Shopping Center.

Cada vez mais, em todo o mundo, o turismo é uma amálgama de viagens, arte e cultura, moda, compras e desporto.

O grande desafio para Portugal é acertar no posicionamento da sua oferta no mercado global.

Tenho causado, nos últimos tempos, irritação aos responsáveis públicos nesta área, por declarar que o crescimento de ocupação na nossa hotelaria e similares deve-se fundamentalmente ao facto de que praticamos os preços mais baixos da Europa Ocidental.

Paralelamente, o parque turístico cresceu em volume e qualidade, o que parece ser uma contradição. A razão é que os investimentos que agora aparecem no mercado são produto de decisões tomadas antes da crise.

Como é possível pagar num novo e magnífico hotel em Vila Nova de Gaia, debruçado sobre o Douro com vista sobre a fabulosa zona histórica do Porto, 200€ por noite, quando em Nova Iorque, com vista sobre o Central Park, se paga 1,200\$ por noite. A razão é simples – a procura.

Não há dúvida que a crise chamou a atenção sobre Portugal que anteriormente não aparecia com frequência no noticiário.

Ao olharem para o país, muitos pela primeira vez se deram conta dos múltiplos atractivos que Portugal oferece e que não enumerou por serem conhecidos de todos nós.

No entanto, para atrair visitantes e potenciais investidores, é preciso identificá-los e motivá-los. A identificação faz-se através de pesquisas junto aos segmentos específicos. Em consequência devem ser criados eventos cuja divulgação seja feita através dos meios tradicionais e dos meios informáticos, atendendo ao interesse dos segmentos identificados nas pesquisas.

Dada a fragmentação da oferta nas suas várias vertentes por razão da pequena dimensão dos operadores nacionais em relação ao tamanho do mercado e ao volume da concorrência, tornam evidente a necessidade de conjugação ou mesmo a união de esforços com vista a produzir campanhas e eventos que tenham impacto nos mercados.

O outro crucial problema que se apresenta é a grande limitação de recursos financeiros por consequência da longa crise que abalou o sector.

A minha proposta tem sido a possibilidade de um mecanismo de utilização de uma parte do IVA cobrado, para financiar o marketing. Esperemos que os nossos economistas oficiais de plantão sejam tão criativos para fabricar meios que produzam o aumento das receitas do turismo como têm sido geniais em retirar dinheiro aos contribuintes.

O aumento das receitas por via do crescimento do turismo de qualidade e capacidade económica compensará os impostos empregues na promoção.

Após décadas de reticências e até de combate ao turismo residencial por parte de alguns sectores oficiais, a crise mostrou o grande interesse para o país da possibilidade de atrair investimentos no imobiliário para segundas residências e para reformados. Em consequência, a introdução de duas medidas estimulantes do investimento estrangeiro (1) o estatuto de Residente não Habitual (2) o Visto Dourado têm sido factores de reanimação do mercado, com efeitos muito positivos para as empresas e para os bancos credores. Aí também, para que possamos atingir volumes verdadeiramente significativos para a economia é preciso uma política e uma prática de promoção e marketing implementado por entidades especializadas.

O programa Living in Portugal, apesar de evidentemente bem-intencionado, peca pela falta de conhecimentos dos mercados alvo na sua implementação. Estamos sempre inventando a roda. Como confirmação deste facto basta constatar que Espanha tem 3 milhões de proprietários estrangeiros e Portugal à volta de 200 mil.

Seja no turismo de visitantes ou no turismo residencial, é essencial a identificação dos segmentos de mercado porquanto não dispomos da possibilidade de oferecer turismo ou habitação barata em volume, enquanto que nos segmentos média-alta e alta somos francamente competitivos.

As possibilidades que se apresentam dado o grau de maturidade que este sector atingiu em Portugal abrem novos campos de grande interesse tais como o turismo de saúde, o turismo religioso, o turismo da natureza, que poderão complementar com valor acrescentado aquelas actividades em que já somos líderes, tais como o golfe, que é o melhor exemplo da força no mercado, da qualidade do produto e do marketing adequado. Basta dizer que Espanha, tendo quatro vezes mais campos de golfe do que Portugal, o número é 400 campos em relação a 100 campos, temos o mesmo número de campos na lista dos 100 melhores de Europa.

Outras áreas despontam como atractivas, tais como a gastronomia, na qual há muito para progredir. Basta comparar o número de restaurantes estrelados em Portugal com Espanha. Existe alguma confusão entre a boa qualidade culinária e o conceito da alta gastronomia.

Uma nota que não quero deixar de referir é de que não existe nenhum conflito nem competição entra a actividade económica referida nesta comunicação, com os sectores tradicionais ou das novas tecnologias. Pelo contrário a presença de milhões de turistas no nosso país é estimulante e complementar de todas as outras actividades.

“Frustra-me que não se aproveite a marca RiR para comunicar o produto Portugal. É um dos melhores produtos do mundo quando olhamos para o turismo. A hotelaria e a gastronomia são excepcionais, o clima que não existe em mais país nenhum da Europa mas a marca Portugal é muito mal trabalhada.” (Roberto Medina, Promotor do Rock in Rio e grande publicitário)

* André Jordan escreve com a antiga ortografia.